

RELATÓRIO FINAL DO 1º FÓRUM NACIONAL GESTÃO PÚBLICA

INTRODUÇÃO

O 1º Fórum Nacional de Gestão Pública - GesPública, mobilizou organizações e entidades que, via a subscrição da Carta de Brasília, comprometendo a somar esforços para a modernização da gestão pública.

O 1º Fórum Nacional de Gestão Pública - GesPública - tem como objetivo geral lançar “2009, Ano Nacional da Gestão Pública” agregando parceiros estratégicos em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília para melhorar a gestão pública no contexto da nova estratégia do GESPÚBLICA.

Como objetivos específicos, pode-se citar:

1. Firmar termos de adesão de órgãos e instituições às diretrizes da Carta de Brasília;
2. Apresentar a agenda de implementação da Carta de Brasília da Gestão Pública e, de forma específica, do Programa GesPública;
3. Instituir um espaço para a discussão de problemas e propostas e o encaminhamento de ações para melhorar a gestão pública, por meio do lançamento do Portal da Gestão Pública e da Rede Nacional de Gestão Pública;
4. Arregimentar um grupo de instituições dispostas e em condições de apoiar a execução de ações concretas de melhoria da gestão pública por meio da implementação do Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização – GesPública;
5. Mobilizar os servidores públicos em torno da implementação da agenda proposta.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO E DELIBERAÇÕES

O 1º Fórum Nacional de Gestão Pública - GesPública - realizou-se em 30 de abril de 2009, na Presidência da República – Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, em Brasília.

Durante o Fórum, o MP apresentou as iniciativas que vêm implementando no âmbito de sua agenda de gestão e em parceria com outros ministérios, dando materialidade às diretrizes propostas na Carta de Brasília. A solenidade de abertura do I Fórum Nacional de Gestão Pública - GesPública, contou com a participação do Ministro Paulo Bernardo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Saudando os participantes presentes, segundo o ministro, o Fórum Nacional de Gestão Pública e a definição de 2009 como o Ano Nacional da Gestão Pública são tentativas de agregar movimentos já existentes em defesa da melhoria das atividades do setor público e com a idéia de obter o mesmo nível de modernização de setores da iniciativa privada.

O Secretário de Gestão - SEGES/MP - Marcelo Viana Estevão de Moraes, afirmou que agenda de gestão que está em discussão, não é só para o setor público, mas para o país. Ao defender a mobilização de todos; o secretário destaca que a rede de voluntários que hoje trabalha para aperfeiçoar a gestão pública tem algo em torno de 20 mil pessoas, e ainda precisa ser ampliada.

O Presidente-Fundador do Movimento Brasil Competitivo - (MBC), Jorge Gerdau Johannpeter, disse que para a gestão evoluir é necessária a consciência da nação sobre a importância de trabalhar nessa área. Segundo Gerdau, a competitividade hoje no Brasil passa indiscutivelmente pela eficiência e a capacidade do setor público.

Também lembrou que o setor público contribui para a formação de cerca de 40% do PIB. Alertou que é preciso que os setores municipal, estadual e

federal sejam eficientes para que o sistema produtivo do país funcione como um todo.

O Ministro Miguel Jorge - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, destacou que o ato celebrado e o próprio Fórum são sinalizadores importantes da mobilização para aperfeiçoar o setor público brasileiro. Com esse protocolo, afirmou o ministro Jorge, o Governo Federal une importantes instituições no esforço para apontar soluções que possam aperfeiçoar a gestão pública nacional.

O Presidente Paulo César de Medeiros - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração- CONSAD, mencionou que o Estado Brasileiro precisa cumprir sua função precípua de desenvolver políticas públicas direcionadas para a garantia da igualdade de oportunidades, dos direitos básicos de cidadania e do desenvolvimento sustentado; produzindo resultados eficientes e efetivos para a sociedade e para dar conta das demandas da sociedade no contexto atual é necessário repensar a forma de organização e funcionamento do Estado.

Considerando que o aperfeiçoamento da gestão pública pressupõe a conscientização dos servidores que levam a cabo a administração cotidiana da máquina, o Fórum também marcou com o lançamento da Carta ao Servidor, uma espécie de chamado aos servidores públicos para que “comprem” a agenda da Carta de Brasília. Esta parte da estratégia foi sugerida pela superintendente de uma das maiores redes de varejo do país, a Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, do Magazine Luiza e Presidente em exercício do Conselho do Prêmio Nacional de Gestão Pública.

Por fim, Bruno Palvarini, Diretor do Departamento Programas de Gestão - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ressaltou aos participantes a oportunidade de conferir novo impulso ao GesPública e ao Prêmio Nacional da Gestão Pública, com o lançamento do novo Portal da Gestão Pública, onde atores envolvidos com a melhoria da gestão pública poderão trocar experiências e discutir soluções para enfrentar seus desafios.

Participaram também da solenidade de abertura do Fórum:

- ✓ Ministro Interino Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho - Controladoria Geral da União - CGU
- ✓ Ministro Ubiratan Aguiar -Tribunal de Contas da União - TCU.
- ✓ Presidente Paulo César de Medeiros - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD.
- ✓ Presidente Fundador do Movimento Brasil Competitivo - Jorge Gerdau Johannpeter
- ✓ Deputado Nelson Marquezelli
- ✓ Luis Alberto dos Santos - Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil
- ✓ Marcelo Viana Estevão de Moraes - Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento
- ✓ Bruno Palvarini - Diretor do Departamento Programas de Gestão - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- ✓ Presidente Paulo César de Medeiros - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD.
- ✓ Luisa Helena Trajano Inácio Rodrigues - Presidente em exercício do Conselho do Prêmio Nacional de Gestão Pública.

Adesão à Carta de Brasília

Durante o Fórum, o MP apresentou as iniciativas que vêm implementando no âmbito de sua agenda de gestão e em parceria com outros ministérios, dando materialidade às diretrizes propostas na Carta de Brasília.

O Fórum contou com a participação e adesão à Carta de Brasília com os signatários manifestando sua adesão ao movimento para melhor a gestão pública, nos termos da “Carta de Brasília”, sobre Gestão Pública”, comprometendo-se a apoiar, participar e contribuir ativamente no desenvolvimento e implementação de ações voltadas a melhorar a organização, o fundamento e o desempenho da administração pública, com orientação para resultados e foco no cidadão.

Organizações signatárias:

- ✓ *PETROBRÁS – PETROLEO S.A.*
- ✓ *CORREIOS E TELÉGRAFOS*
- ✓ *MOVIMENTO BRASILEIRO COMPETITIVO –MBC*
- ✓ *INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES*
- ✓ *SUPERINTENDENCIA DE SUGUROS PRIVADOS - SUSEP –*
- ✓ *ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP*
- ✓ *SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO – SEMAE –*
- ✓ *EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRURA AEROPORTUÁRIA -
INFRAERO*
- ✓ *TRIBUNAL DE CONTAS ELEITORAL – TCE/BA*
- ✓ *ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA-
ANPR*
- ✓ *MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR-
MDIC.*
- ✓ *AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA - ANVISA*
- ✓ *INSTITUTO NACIONAL METROLOGIA E QUALIDADE - INMETRO*

- ✓ *TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU*
- ✓ *FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE - FNQ*
- ✓ *CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA*
- ✓ *INSTITUTO PUBLIX*
- ✓ *NELSON Marquezelli – DEPUTADO REPRESENTANTE CAMARA FEDERAL*
- ✓ *ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM POLITICAS PUBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL ANESP*
- ✓ *CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DF – CRA-DF.*
- ✓ *BANCO DO BRASIL S. A.*
- ✓ *CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA.*
- ✓ *INSTITUTO RUI BARBOSA.*
- ✓ *ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON –*
- ✓ *ASSOCIAÇÃO MINEIRA DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS - AMAP*
- ✓ *INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER*
- ✓ *FÓRUM QPC E PGQP*
- ✓ *FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.*
- ✓ *UNIÃO NACIONAL DOS ANALISTAS E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE – UNACON*
- ✓ *FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA*

Programação

Data: 30 de abril de 2009

Local: Presidência da República – Auditório do Anexo do Palácio do Planalto

Objetivo geral:

Lançar “2009, Ano Nacional da Gestão Pública” agregando parceiros estratégicos em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília para melhorar a gestão pública no contexto da nova estratégia do GESPÚBLICA.

Objetivos específicos:

- ✓ Firmar termos de adesão de órgãos e instituições às diretrizes da Carta de Brasília;
- ✓ Apresentar a agenda de implementação da Carta de Brasília da Gestão Pública e, de forma específica, do Programa GesPública;
- ✓ Instituir um espaço para a discussão de problemas e propostas e o encaminhamento de ações para melhorar a gestão pública, por meio do lançamento do Portal da Gestão Pública e da Rede Nacional de Gestão Pública;
- ✓ Arregimentar um grupo de instituições dispostas e em condições de apoiar a execução de ações concretas de melhoria da gestão pública por meio da implementação do Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização – GesPública;
- ✓ Mobilizar os servidores públicos em torno da implementação da agenda proposta.

Anexos

CARTA DE BRASÍLIA SOBRE GESTÃO PÚBLICA

Carta conjunta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração - CONSAD por ocasião do Congresso do CONSAD.

Congresso CONSAD de Gestão Pública
26 a 28 de maio de 2008 – Brasília – DF

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração - CONSAD reunidos em Brasília/DF, nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2008, por ocasião da realização do Congresso CONSAD de Gestão Pública, resolvem registrar nesta Carta de Brasília as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações em prol da construção de um pacto para melhorar a gestão pública.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o CONSAD, considerando:

a. Que o Estado Brasileiro precisa cumprir sua função precípua de desenvolver políticas públicas direcionadas para a garantia da igualdade de oportunidades, dos direitos básicos de cidadania e do desenvolvimento sustentado, produzindo resultados eficientes e efetivos para a sociedade.

b. Que para dar conta das demandas da sociedade no contexto atual é necessário repensar a forma de organização e funcionamento do Estado.

c. Que diante das restrições de recursos públicos, de um lado, e do aumento das demandas sociais, de outro, fica clara a necessidade de se trabalhar de forma coordenada no âmbito dos Governos, em bases integradas

e cooperativas, para obter maior sinergia entre as ações, com maior eficiência e efetividade das políticas públicas.

d. Que o arcabouço legal e institucional da administração pública é, de maneira geral, muito pesado e calcado em valores e práticas que, em muitos casos, estão ultrapassados.

e. Que a necessidade de se alcançar melhores resultados para a sociedade com maior qualidade do gasto público, ou seja, com a otimização da aplicação dos recursos disponíveis é consenso entre governo e sociedade.

f. Que é necessário que os governos atuem preventivamente, antecipando-se a problemas.

g. Que é urgente a inclusão do tema melhoria da gestão pública na agenda política dos Governos.

h. Que é fundamental orientar a atuação do Estado para resultados e com foco no cidadão.

Decidem,

1. Que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o CONSAD vão estabelecer uma parceria com o objetivo de propor e desenvolver ações voltadas a melhorar a gestão pública observando a agenda estratégica a seguir apresentada.

2. Submeter à sociedade a proposta de construção de um pacto para melhorar a gestão pública e articular uma frente parlamentar neste sentido.

A modernização da gestão implica em repensar a organização e o funcionamento da administração pública.

Nesse contexto, alguns tópicos merecem destaque na condição de elementos estruturais para o bom desempenho:

1. Gestão de pessoas – profissionalizar e capacitar continuamente a força de trabalho. Neste sentido, ganham especial importância: a criação e o gerenciamento de carreiras específicas alinhadas às necessidades da administração e pensadas em uma perspectiva estratégica; a definição de critérios para a ocupação dos cargos e funções comissionados; a introdução da

lógica de gestão por competências para melhor alocação e uso dos talentos; e a implementação de sistemáticas de incentivo e responsabilização.

2. Modelos de gestão – simplificar os processos de trabalho, diminuindo o excesso de regras e controles; orientar a atuação do Estado para resultados e rever os mecanismos e instrumentos destinados a avaliar o desempenho institucional e a incentivar a boa gestão.

3. Instrumentos do ciclo de gestão – propiciar melhor articulação entre planejamento e orçamento e rever o modelo de gestão orçamentária de forma a orientá-lo para resultados, tornando-o menos rígido.

4. Mecanismos de coordenação e integração – desenvolver e implementar mecanismos que propiciem e facilitem a coordenação das ações intra e entre governos, de forma a diminuir as duplicidades e sobreposições e possibilitar a articulação de esforços e o uso coordenado de recursos com vistas ao alcance dos resultados desejados.

5. Intensificar o uso de tecnologia, em especial estabelecer sistemas de informação, ferramentas de gestão – ferramentas de apoio ao gerenciamento e à gestão do conhecimento, bem como estimular o mapeamento, disseminação e incorporação de boas práticas de gestão.

6. Marco legal – rever o marco legal de forma a propiciar as condições estruturais necessárias e adequadas para a implementação de mudanças de paradigmas, com maior flexibilidade gerencial, em direção à excelência em gestão pública. Neste contexto, merecem destaque: alteração da lei de licitações; revisão das formas jurídico-institucionais vigentes; regulamentação do direito de greve no serviço público; regulamentação da relação de parceria do Estado com a sociedade civil; regulamentação da contratualização de desempenho institucional; diretrizes de gestão participativa para as estruturas colegiadas da Administração Pública Federal; e modernização da regulamentação que trata das transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

7. Prevenção e combate à corrupção – reforçar os instrumentos de prevenção e combate à corrupção. Merecem destaque: a necessidade de reforçar e institucionalizar mecanismos de transparência e controle social; adoção de gestão da ética como uma medida relevante; e instituição de

sistemas de alerta para subsidiar as decisões de alocação de recursos e para acompanhamento e atuação prévios.

8. Realização de estudos e pesquisas para subsidiar as políticas e diretrizes para a modernização do Estado e para melhorar a gestão pública. Embora os principais entraves e problemas da administração pública sejam conhecidos, existe enorme carência de estudos e pesquisas sistematizados sobre o assunto que possibilitem entender a dinâmica dos problemas e a qualificá-los e quantificá-los para subsidiar a elaboração de propostas de solução adequadas.

É fundamental investir na melhoria da gestão pública e dar visibilidade ao tema, de forma a incluí-lo nas agendas dos governos, mostrando a sua importância para que o Estado tenha condições efetivas de propiciar as respostas que a sociedade demanda.

O desafio de modernizar a gestão é de todos os três níveis de governo, de todos os poderes e também da sociedade, em particular dos seus setores organizados.

Brasília/DF, 28 de maio de 2008

CARTA AO CIDADÃO

Novas diretrizes estratégicas para melhorar a gestão pública

1º Fórum Nacional da Gestão Pública

Cidadão brasileiro,

Nós desejamos e exigimos um serviço público de qualidade, em sintonia com a evolução tecnológica e comportamental que experimentamos no nosso cotidiano. Todos têm direito a serviços públicos entregues em prazos adequados às suas necessidades, condição essencial para garantir a igualdade de direitos e de oportunidades.

Atuar afirmativamente para melhorar a gestão pública é o objetivo fundamental do Fórum Nacional de Gestão Pública – GesPública –, traduzido na “Carta de Brasília sobre Gestão Pública”.

O compromisso de melhorar a gestão pública, porém, não se restringe apenas aos governos e aos servidores públicos. Ele envolve todos os outros segmentos interessados: – iniciativa privada, terceiro setor, universidades, enfim, a sociedade e cada um dos cidadãos, todos podem e devem contribuir e participar ativamente, uma vez que são os destinatários e os beneficiários da atuação do Estado.

As diretrizes básicas que compõem a essência da Carta de Brasília e que orientarão as estratégias e ações para melhorar a gestão pública, listadas abaixo, indicam o caminho a seguir e contribuirão decisivamente para a consolidação desse processo:

Diretrizes básicas

- O Estado Brasileiro precisa cumprir sua função de desenvolver políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades, os direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento sustentado, com resultados efetivos para a sociedade.
- O funcionamento e a organização do Estado devem atender às demandas legítimas da sociedade.
- Há necessidade de se trabalhar de forma coordenada no âmbito dos Governos, em todos os níveis, em bases integradas e cooperativas, para obter maior sinergia entre as ações, com maior eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas.
- Mudanças legais e institucionais são imperativas, uma vez que a administração pública é normalmente lenta e, de maneira geral, atua com base em valores e práticas ultrapassados.
- É necessário aperfeiçoar a aplicação dos recursos para alcançar melhores resultados para a sociedade com maior qualidade do gasto público.
- É necessário que os governos atuem preventivamente, antecipando-se a problemas.
- É urgente a inclusão do tema melhoria da Gestão Pública na agenda política nos níveis federal, estadual e municipal.
- É fundamental orientar a atuação do Estado para resultados com foco no cidadão.

Todos concordam que melhorar a gestão pública é condição fundamental para a otimização do uso dos recursos disponíveis na produção de melhores serviços para a sociedade, como saúde, educação, transporte público, saneamento, segurança, previdência e assistência social, entre outros.

O pacto para melhorar a gestão pública será construído com participação da sociedade e articulado junto ao Congresso Nacional.

Caro cidadão, sua participação é decisiva neste desafio de melhorar a gestão pública. Contamos com seu apoio e participação na conquista desse objetivo que é de todos nós. Informe-se no site www.gespublica.gov.br. Mande suas sugestões e cadastre-se para receber informações sobre o que está acontecendo.

Brasília/DF, 30 de abril de 2009

CARTA AO SERVIDOR

1º Fórum Nacional da Gestão Pública

Caro Servidor Público,

A sociedade, por meio dos seus diversos segmentos, deseja e exige um serviço público melhor, que apresente resultados mais eficientes e que atue em sintonia com a evolução tecnológica e comportamental que experimentamos no nosso cotidiano. O cidadão tem direito a serviços públicos de boa qualidade entregues em prazos adequados às suas necessidades. Esta é uma condição essencial para garantir a igualdade de atendimento e de oportunidades.

Atuar afirmativamente para melhorar a gestão pública é o objetivo fundamental do Fórum Nacional de Gestão Pública – GesPública –, consubstanciado na “Carta de Brasília sobre Gestão Pública”.

O pacto para melhorar a gestão pública pretende engajar todos aqueles interessados nesse movimento, sejam da própria administração pública, da academia, da iniciativa privada ou do terceiro setor, buscando sua contribuição e participação ativa. Neste sentido, ganha especial importância o envolvimento e a participação dos servidores públicos, agentes que são da atuação do Estado.

Assim, relacionamos as diretrizes básicas que compõem a essência da Carta de Brasília e que orientarão as estratégias e ações para melhorar a gestão pública. Acreditamos que essas diretrizes indicam o caminho a seguir e contribuirão decisivamente para a consolidação desse processo:

Diretrizes básicas

- O Estado Brasileiro precisa cumprir sua função de desenvolver políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades, os direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento sustentado, com resultados efetivos para a sociedade.
- O funcionamento e a organização do Estado devem atender às demandas legítimas da sociedade.
- Há necessidade de se trabalhar de forma coordenada no âmbito dos Governos, em todos os níveis, em bases integradas e cooperativas, para obter maior sinergia entre as ações, com maior eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas.
- Mudanças legais e institucionais são imperativas, uma vez que a administração pública é normalmente lenta e, de maneira geral, atua com base em valores e práticas ultrapassados.
- É necessário aperfeiçoar a aplicação dos recursos para alcançar melhores resultados para a sociedade com maior qualidade do gasto público.
- É necessário que os governos atuem preventivamente, antecipando-se a problemas.
- É urgente a inclusão do tema melhoria da Gestão Pública na agenda política nos níveis federal, estadual e municipal.
- É fundamental orientar a atuação do Estado para resultados com foco no cidadão.

Na implementação da Carta de Brasília, deverão ser observados elementos estruturais tais como a gestão de pessoas (profissionalização e capacitação contínuas), o aprimoramento dos modelos de gestão, o alinhamento dos instrumentos do ciclo de gestão, o desenvolvimento e a implantação de mecanismos de coordenação e de integração entre os governos e dentro de cada um deles, o uso intensivo de tecnologia, a revisão do marco legal e, por fim, a prevenção e o combate à corrupção.

O pacto para melhorar a gestão pública será construído com participação da sociedade e articulado junto ao Congresso Nacional.

Servidor público, sua participação é decisiva neste desafio de melhorar a gestão pública. Contamos com seu apoio e dedicação profissional na conquista desse objetivo que é de todos nós. Informe-se no site www.gespublica.gov.br. Mande suas sugestões e cadastre-se para receber informações sobre o que está acontecendo

Brasília/DF, 30 de abril de 2009